

ANC p 20

H103

Calabi opõe-se à vinculação das verbas da educação ao orçamento da União

Fotos Banco de Dados

Da Redação da **Folha**

A decisão da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, segundo a qual a União terá que aplicar 18% da receita proveniente de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino foi bem recebida pela comunidade científica e acadêmica. O reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg, 59, por exemplo, disse que a resolução é "magnífica, pois garante um nível mínimo para o orçamento destinado à educação". Em seu entusiasmo, no entanto, o reitor não foi acompanhado pelo secretário do Tesouro Nacional, Andrea Sandro Calabi, 42, que se opõe a vinculações orçamentárias como a que foi aprovada (que vincula o montante do orçamento destinado à educação ao da União). Segundo Calabi, é melhor que o orçamento seja decidido ano a ano, dependendo das prioridades do momento.

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Crodowaldo Pavan, 67, disse que o texto aprovado na Sistematização é "ótimo, mas podia ser melhor", com mais recursos destinados à educação. Para Pavan, no entanto, se não houver fiscalização da aplicação desses recursos, "não adianta nada".



Da esq. para a dir., José Goldemberg, Crodowaldo Pavan, Andrea Calabi, Cunha Nascimento e Carlos Guilherme Mota

A questão do controle da aplicação das verbas foi apontada também por Goldemberg, para quem é necessário que o Congresso se responsabilize pelo controle da aplicação dos recursos. O reitor da USP apontou a decisão da Comissão de Sistematização como um demonstrativo de "boa vontade" em relação à Educação, uma vez que esta área foi a única, até agora, em que houve vinculação de recursos. Já Calabi mostrou-se contrário a qualquer vinculação. "Nas propostas das subcomissões temáticas, 400% do orçamento eram comprometidos com vinculações orçamentárias". Seriam necessários dois PIBs (Produto Interno Bruto) para fazer face a todas essas vinculações, disse Calabi. Segundo ele, "já que a

educação é prioridade, é lógico que, anualmente, a ela seriam dadas verbas compatíveis com suas necessidades. Não vejo porque fazer uma 'reserva de mercado' para isso". O controle da eficiência da aplicação dos recursos, para o secretário do Tesouro, seria beneficiado com o pleito anual, no qual seriam feitas as cobranças em relação ao que foi feito do dinheiro no exercício anterior e estabelecidas, a partir daí, as prioridades para o futuro.

O professor Ivan Cunha Nascimento, 57, diretor do Instituto de Física da USP, discorda. Para ele, o aumento vai possibilitar uma ampliação do ensino no país, "principalmente no ensino médio,

onde há uma defasagem muito grande de remuneração dos professores, que são desencorajados a continuar na profissão". O diretor do Ifusp defende, assim como seus colegas de universidade, que o controle da aplicação das verbas seja uma das responsabilidades do Congresso Nacional. Carlos Guilherme Mota, 46, historiador e professor do Departamento de História da USP, disse que a fiscalização deve ser feita também pela sociedade civil, representada através das entidades ligadas à área, como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra), entre outras.